

Identidade nacional e cultura no Brasil do século XIX: a contribuição das revistas científicas dos museus Nacional e Paulista e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)¹

Ester Sanches RIBEIRO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este estudo preocupa-se com a questão da identidade e da cultura brasileiras em fins do século XIX nas pesquisas de três importantes instituições científicas no período: os Museus Nacional e Paulista e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. As pesquisas dessas instituições foram publicadas, na época, em revistas científicas com a função de disseminar as pesquisas científicas tanto no Brasil como no exterior. Analisamos, a partir da literatura da área, o conteúdo das publicações, dando enfoque à questão da identidade e da cultura brasileiras. Entendemos como de fundamental importância para a escrita da história nacional e da construção da memória e da cultura do país as publicações dessas instituições, pois revelam concepções da época a respeito do povo e da cultura do Brasil.

Palavras-chave: Identidade nacional; cultura; revistas científicas; século XIX.

Introdução

Apresentamos neste trabalho um estudo referente às publicações científicas em revistas de instituições científicas no Brasil em fins do século XIX. Essas instituições tratam-se do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), o Museu Nacional e o Museu Paulista. E as publicações dessas instituições foram realizadas em revistas científicas das próprias instituições, ou seja, tratavam-se de meios de divulgação dos trabalhos realizados pelos pesquisadores do IHGB e dos Museus Nacional e Paulista em revistas idealizadas e financiadas por eles. Essas revistas poderiam ser adquiridas por meio de assinaturas por pessoas da área de estudo relacionada. Também havia um meio de intercâmbio de revistas entre museus e institutos tanto do Brasil como de outros países. Assim, essas revistas científicas funcionavam como meio de divulgação e também de conservação da memória das pesquisas no país. Além das publicações nas revistas esses museus e institutos possuíam palestras, salas de conservação de matérias como folhas, esqueletos, entre outros objetos de estudos. Neste estudo específico, intencionamos apresentar resumidamente a história dessas instituições citadas e das suas revistas

¹ Trabalho apresentado no GP Interfaces Comunicacionais XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). E-mail: ester.ribeiro@usp.br.

científicas no contexto da modernização do Brasil em fins do século, observando como essas instituições e suas pesquisas tornaram-se importantes para esse contexto histórico e, também, para nossa época, pois preocuparam-se em participar do processo de construção da nossa história e da nossa cultura, valorizando a pesquisa e a conservação da memória do nosso povo. Damos ênfase aos aspectos das publicações dessas revistas científicas relacionados à construção da identidade e da cultura brasileiras. Enfatizamos, no caso do IHGB, o estudo da cultura indígena e a importância dada ao papel que se desejava destinar ao índio no contexto da construção da identidade nacional da sociedade brasileira. Em relação aos Museus Nacional e Paulista apresentamos a importância da pesquisa realizada nesses espaços que se preocupa com os vários evolucionismos difundidos no país nesse contexto histórico por nós estudado. Essas pesquisas que utilizavam os referenciais evolucionistas se preocupavam em desvendar a origem do homem americano e principalmente o nativo brasileiro, no sentido de descobrir a identidade brasileira. Essas pesquisas, também, se preocupavam com o destino da nossa sociedade; esse destino em muitas concepções deveria alcançar os padrões ocidentais quanto à cultura, ao povo, à economia e ao sistema político. Algumas ideias giravam em torno do branqueamento da população com a importação de mão de obra europeia e da modernização do país a partir da valorização da ciência e da tecnologia.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a sua revista científica

Em 1838, foi criado o IHGB no Rio de Janeiro, capital da cultura e da ciência do Brasil; este período antecede em um ano o início do Segundo Reinado no país. As iniciativas para que o IHGB crescesse e fosse reconhecido como espaço científico foram tomadas por D. Pedro II, um governante que participou significativamente dos assuntos científicos do país, principalmente a partir da segunda metade do século XIX: “havia instituições científicas no país, e uma das preocupações do governo imperial após 1870, foi de modernizá-las e colocá-las em padrões reconhecidos internacionalmente. Nestes anos, foram criados novos espaços de pesquisa científica” (DANTES, 1993, p. 383).

O incentivo da pesquisa por parte de D. Pedro II se deu por meio de financiamentos, premiações, contratação de pesquisadores, participação de sessões científicas e conferências, correspondências com pesquisadores internacionais. Nesse sentido contribui e incentivou para alçar o IHGB entre as principais instituições de pesquisa da época. Em relação a isso, o pesquisador Manoel Salgado Guimarães coloca:

Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista que, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do Estado para sua existência material (GUIMARÃES, 1988, p. 9).

Percebemos, assim, como foi decisiva a participação do imperador para que a pesquisa fosse realizada no país; também percebemos como o conhecimento científico tornou-se decisivo para que o governo imperial se fortalecesse interna e externamente. Entendemos que o conhecimento científico contribui para o fortalecimento do governo pelos seguintes motivos: reconhecimento nacional e internacional do país como nação moderna e evoluída; o conhecimento da geografia do país que poderia favorecer a delimitação das suas fronteiras e a conquista de mais espaços para ocupar e produzir e o conhecimento da cultura e do povo brasileiro contribuíam para a escrita da história da nação brasileira.

A escrita da história do país se tratava particularmente de um projeto nacional, pois revelaria e delimitaria a identidade do povo brasileiro. Assim, para a realização desse projeto nacional, estava o IHGB direcionado e responsabilizado.

De início, o IHGB priorizou a tarefa de coletar materiais e armazenar documentos históricos; esses materiais e documentos foram coletados em viagens científicas e levantados em antigos arquivos que objetivavam desvendar o Brasil em sua cultura, sua geografia e seu povo. Após sua reinstalação material em 15 de dezembro de 1849, no Paço Imperial, esse instituto passou a priorizar a publicação de trabalhos na área da história, da geografia e da etnografia (GUIMARÃES, 1988). Essa prioridade aos trabalhos nas áreas citadas acima, vem de encontro justamente como a necessidade da época, acima apresentada: desvendar o povo e escrever a sua história.

Vamos priorizar nesta seção a questão indígena, ou seja, apresentaremos como o índio foi abordado nas publicações do IHGB e como essa temática tratava-se de um assunto polêmico e importante para a época, no que diz respeito à identidade e à cultura do Brasil.

Ao longo de todo o século XIX, essa foi abordada de modo incessante nas páginas da Revista do IHGB, desde que começou a ser publicada essa revista, em 1839. Como dito, esse tema vem ao encontro da questão nacional de escrita da história e de definição da identidade brasileira. Também, há outros interesses com relação a essa temática: delimitar

as fronteiras brasileiras, conseguir mão de obra e fortalecer o Estado nacional. Para isso, a domesticação dos indígenas seria necessária, já que muitos deles habitavam terras que interessavam à coroa e às elites associadas; havia o interesse em tornar os índios produtivos, fazendo-os trabalhar no lugar dos escravos quando eles se emancipassem. Dessa forma, essas políticas que visavam à “inclusão” do indígena terminavam por fortalecer o poder do Segundo Reinado pelos motivos acima colocados: uso da mão de obra do índio, ganho de novas terras para ocupação e exploração pela elite rural brasileira, e delimitação do território nacional por meio do estabelecimento de fronteiras e ocupação e aproveitamento de terras nas áreas fronteiriças.

Na verdade, essas políticas indígenas eram políticas para os brancos. Diante disso, entendemos, então, que o Estado nacional excluía outras populações que não as populações brancas. E quanto ao papel da ciência nesse contexto, observamos que ela se colocava a serviço da elite “ilustrada” do Brasil, no sentido de legitimar suas ações, como as “políticas indígenas” a favor dos brancos. A respeito dessas ideias, Guimarães (1988) propõe:

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

Nas palavras do pesquisador percebemos a concepção do branco civilizador, empenhado em pesquisas científicas que pudessem explicitar a inferioridade do indígena e a necessidade da elite letrada e rural em civilizá-lo e domesticá-lo.

Apresentaremos, resumidamente, os principais temas relacionados aos indígenas; para isso utilizaremos Mota (2006). Primeiramente, notamos que há pesquisas sobre cerca de 200 etnias indígenas publicadas na Revista do IHGB entre 1839 e 1889. A importância de cada grupo e a intensidade nas suas relações interculturais com as populações brancas influenciam o número de estudos relacionados a cada um. Os assuntos são diversos, mas,

em geral, giram em torno das “relações interculturais estabelecidas entre os europeus e as populações indígenas do Brasil” (MOTA, 2006, p. 133).

Um dos principais assuntos das publicações é a “etnografia”, que estuda costumes da vida de grupos de índios. Esses textos publicados na Revista do IHGB revelam aspectos das relações interpessoais existentes nesses grupos, suas formas de governo, leis, crenças, línguas e costumes, entre outros aspectos da cultura dos índios; a “catequese e civilização” é um assunto muito recorrente também (MOTA, 2006, p. 135).

Além dessas temáticas apresentadas, há artigos que abordam a “demografia”, os “mitos” e as “lendas”. Também, há “biografias”, “estudos comparativos”, “arqueologia” e “interpretações historiográficas e etnográficas”. Há, nesses temas estudados, a preocupação em conhecer as populações indígenas nas suas organizações sociais e nas suas culturas e na interação delas com os europeus que chegaram ao Brasil desde o período da colonização. Essa preocupação se dá, pela intenção da elite letrada e também do governo em integrar o índio na escrita da história da nação e na organização social brasileira, no sentido de atender às necessidades da elite branca, como já dito anteriormente.

Apresentamos, como exemplo de publicações sobre a temática indígena na RIHGB, uma breve análise de um artigo publicado no segundo tomo da RIHGB, intencionando apresentar nas próprias páginas da revista, algumas ideologias na construção da identidade do povo brasileiro. Trata-se da análise realizada por Ribeiro e Haddad (2014).

O título do texto é: “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões (...)”, de Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB. Esse autor não era um pesquisador acadêmico ou cientista, ele era um religioso, um cônego. Assim, o texto não apresenta argumentação científica, mas apresenta as opiniões de um membro da Igreja Católica que acredita ser a catequese a melhor maneira de “domesticação dos índios por meio da catequese” (RIBEIRO; HADDAD, 2014, p. 13).

Em seu trabalho, Ribeiro e Haddad propõem que os argumentos do cônego Januário giram em torno da oposição do método religioso que se utiliza da catequese em contraposição ao método militar que se utiliza das armas para civilizar os índios. Citamos, então, um trecho do texto do cônego para exemplificar a sua opinião: “Sou de opinião que a catequese é o meio o mais eficaz, e talvez único, de trazer os Indios das barbaridades de suas brenhas aos commodos da sociabilidade” (RIHGB, 1840, p. 3 e 4).

Estas palavras de Januário da Cunha evidenciam uma ideologia da época que propunha o índio como um bárbaro que necessitava da salvação missionária dos brancos

civilizados; no caso da concepção particular deste cômico e de outros religiosos, esse homem branco civilizador ainda deveria realizar essa domesticação indígena por meio da catequese.

Tratava-se de um problema nacional o fato de muitos grupos indígenas ainda estarem afastados da exploração colonial. Esses grupos eram considerados, em muitos casos, uma séria ameaça aos colonizadores, pois impediam a exploração e ocupação das terras que eles tinham posse. Também havia o receio de esses grupos estarem se organizando para atacar grupos de colonizadores, o que de fato ocorria.

Ainda em relação ao texto de Januário, os pesquisadores Ribeiro e Haddad entendem que é composto por um discurso que “expressa a inferioridade dos indígenas em relação aos portugueses” Também, eles entendem que a defesa da opinião do autor em domesticar com “a doçura da religião” os índios não se trata de fruto da bondade dos religiosos; os autores acreditam que o texto evidencia um embate de forças da religião frente ao exército e observam que os indígenas, na verdade, não tiveram defensores que os protegessem dos ataques às suas vidas e à sua cultura (RIBEIRO; HADDAD, 2014, p. 13).

Enfim, apresentamos um dos muitos textos que foram publicados em meados do século XIX em que os índios eram considerados um problema a se resolver, pois na construção da história da nação era necessário definir nossa identidade e nossa cultura que segundo a intenção da elite branca deveria se assemelhar, na medida do possível, aos países ocidentais. Nesse contexto, ainda não havia a preocupação em integrar o negro, pois ele foi considerado estrangeiro. Somente, com o fim da escravidão que ele precisou ser encaixado no plano nacional e, nesse caso, o índio “incivilizado” já estava fadado ao desaparecimento, segundo os pesquisadores das grandes instituições da época.

Na próxima seção abordaremos duas grandes instituições de pesquisa e conservação de memória de fins do século XIX. Trata-se dos museus Paulista e Nacional. Daremos ênfase às questões tratadas nesses museus que tratem da cultura e da identidade brasileiras. Utilizaremos nessa próxima seção o trabalho de Regina Gualtieri (2001).

O Museu Nacional e o Museu Paulista e a pesquisa científica de ambos

O Museu Nacional foi criado em 1818 por D. João VI e pode ser considerado a primeira instituição científica do país. Essa instituição foi criada para cumprir com a missão que o país estava disposto a traçar naquele contexto: desenvolvimento científico e cultural e progresso econômico.

A partir de 1868 o Museu Nacional foi transferido do Ministério dos Negócios do Império para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Gualtieri (2001) entende que essa mudança de vínculo do museu relacionava-se com o que se esperava do museu naquele contexto. Como o país estava prosperando no ramo da agricultura, sobretudo, por conta da expansão da cultura cafeeira e, também, a economia estava se diversificando e atividades como a produção fabril e a produção artesanal tinham tomado impulso, o Museu Nacional poderia contribuir para o desenvolvimento dessas atividades, já que até o momento sua função tinha sido colecionar, inventariar e verificar as riquezas do Brasil quanto à sua fauna, flora, constituição geognóstica e a história dos primitivos que habitavam o país, além da sua função educacional.

Em 1876, o museu fora reestruturado e suas funções educacional e de pesquisa vinculadas a atividades econômicas foram reafirmadas; nesse contexto foi decidido por meio de um “Regulamento” a publicação trimestral de uma revista científica que funcionasse como meio de divulgação dos trabalhos realizados no Museu; deu-se o nome a ela de “Archivos do Museu Nacional” (AMN). A criação dessa revista estava em conformidade com as aspirações de progresso e desenvolvimento da época; os intelectuais por meio de revistas e boletins intencionavam divulgar tanto no Brasil como no exterior o fazer científico dos brasileiros, o que poderia, assim, colocar o país ao nível do século. Ficou conhecido como “idade de ouro” o “período mais fecundo” do museu, em que sua “reputação científica” cresceu mais, colocou Regina Gualtieri de acordo com Lacerda (1905). Esse período data da administração de Ladislau Netto, entre os anos de 1875 e 1893, e foram publicados oito volumes da revista oficial da instituição (AMN) contendo 56 estudos nas seguintes áreas: zoologia, fisiologia, botânica, geologia/palenteologia, antropologia/arqueologia, entre outras áreas.

Nesse período, nas diversas instituições científicas tanto no Brasil, como em outros países, cada vez mais as pesquisas que envolviam “adaptação dos seres vivos” foram valorizadas; esse tipo de pesquisa estava relacionada ao trabalho de Darwin, pois considerava a adaptação evolutiva dos seres. Nas áreas de arqueologia e antropologia, também crescia o interesse pela origem dos diferentes povos, como o “homem americano”. Quanto ao Brasil, especificamente, esse tipo de pesquisa viria para resolver um sério problema da identidade brasileira quanto à sua raça e sua cultura:

[...] as especificidades da sociedade brasileira estimulavam as discussões que visavam a esclarecer a unidade ou não da origem dos diferentes povos,

identificadas, respectivamente, pelas concepções monogeistas e poligenistas. Esses conhecimentos eram essenciais para delinear a evolução social e política de uma nação composta de um povo miscigenado e marcado, de acordo com as teorias da época, pela inferioridade racial (GUATIERI, 2001, p. 34).

As produções do Museu Nacional podem ser apontadas como parte das produções pioneiras no Brasil das ideias evolutivas. Ladislau Netto e Fritz Müller foram importantes pesquisadores dessa instituição na época. Aquele publicou artigos sobre plantas trepadeiras levando em consideração pressupostos básicos da teoria evolucionista de Darwin. Ladislau defendia alguns pressupostos darwinistas e contestava outros em seus trabalhos, enfim, ele acreditava na luta pela sobrevivência em algumas plantas:

[...] defendeu a tese de que tais plantas foram, no passado, arbustos vigorosos que, habitando florestas sombrias e compactas, distenderam-se, apoiando-se em outros vegetais mais altos, para alcançar a luz. Essa transformação da espécie, ao longo do tempo, constituía para o autor, ‘prova da luta pela vida, entre as plantas’ (AMN vol.1, 1876: 133) (GUALTIERI, 2001, p. 38).

Fritz Müller foi um naturalista viajante do museu e seus trabalhos “constituíram um autêntico breviário das teses darwinistas” (GUALTIERI, 2001, p. 44). Esse pesquisador, diferente de Ladislau acreditava que as mudanças ou variações poderiam ocorrer por motivos desconhecidos, mostrando-se mais fiel aos pressupostos de Darwin. Além desses dois importantes pesquisadores, houve outros que contribuíram para o desenvolvimento das ideias evolucionistas no Museu Nacional como o médico João Joaquim Pizzaro, diretor da seção de Zoologia do Museu; o embriologista russo Alexander Kovalevsky; o Nicolau J. Moreira; o Hermann Von Ihering, entre outros.

As seções foram organizadas do seguinte modo: 1ª. Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; 2ª. Botânica; 3ª. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4ª. Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Segundo Lopes (1997) essa alteração refletia mudanças nas concepções do período, em que áreas como a Antropologia, Paleontologia e Embriologia ganhavam espaço no Museu; áreas que se relacionavam diretamente com o desenvolvimento das teorias evolucionistas.

De modo resumido podemos apresentar as principais características do Museu Nacional: instrução pública, conferências públicas, modelo de museu metropolitano e universal e atividades experimentais: como a instalação de laboratórios (ligados a questões de interesse econômico). Em relação às pesquisas científicas dessa instituição podemos, resumidamente apresentar os seguintes dados baseados em Gualtieri (2001): as pesquisas

em Ciências Naturais predominaram; a área da zoologia (fauna brasileira) teve mais pesquisas e estudos; o programa de pesquisa era similar a grandes museus europeus de História Natural; Lacerda defendia a mestiçagem e acreditava que ela seria não degradava “as raças” e seria responsável pelo branqueamento dos brasileiros em um século e houve pesquisa sobre a febre amarela na virada do século:

[...] na virada do século, no Brasil, a pesquisa bacteriológica tornou-se especialmente significativa, pois os conhecimentos da área eram requeridos para fundamentar e implementar as propostas de modernização dos centros urbanos e orientar o combate às epidemias (GUALTIERI, 2001, p. 69).

Quanto ao Museu Paulista, observamos que ele foi idealizado e cumpriu funções muito semelhantes ao Museu Nacional quando da sua inauguração em 1895 na capital do estado de São Paulo.

A criação do Museu Paulista, em 1894, conforme apontam diferentes estudos, resultou da confluência de vários fatores, dentre os quais destacam-se as tendências internacionais de expansão generalizada dos museus de todos os tipos, cujo apogeu situa-se na década de 1890; o ideário cientificista difundido no Brasil, que atribuía à ciência e à educação o papel de agentes da transformação e modernização da sociedade e a iniciativa pessoal de um pesquisador, Hermann von Ihering, ex-naturalista viajante do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que procurou garantir um espaço institucional para realizar seu trabalho científico (GUALTIERI, 2001, p. 84).

As principais funções e características do Museu Paulista, como base em Gualtieri (2001) são essas:

- Instrução pública.
- Contribuição ao progresso da ciência.
- Estruturação do Museu nos moldes dos museus especializados, com a intenção de realizar trabalhos completos.
- “...privilegiar a história natural e cultural do homem, exclusivamente do continente sul-americano” (GUALTIERI, 2001, p. 89).
- Especialização do museu: estudo da zoologia e antropologia sul-americana.
- Quanto à Botânica, Ihering acreditava que a exposição de plantas ao público seria melhor realizada em um jardim botânico. Somente em 1906 houve a criação de um herbário e de um horto botânico.

- Seção de “História Nacional” a fim de se preservar e colecionar documentos sobre a independência política do país.
- Organização do museu em duas coleções: uma destinada ao público e a outra ao estudo dos pesquisadores.
- Primeira publicação da Revista do Museu Paulista (RMP), em 1895.
- Propósito de divulgar no exterior os trabalhos do Museu.
Demissão Ihering a nova função do museu vinculada à História da Pátria, em 1916:
- Transformação paulatina do Museu Paulista em um museu histórico; as coleções de história natural foram doadas aos poucos a várias instituições científicas.
- Os assuntos estudados, coerentemente com os objetivos do Museu, circunscreveram-se à natureza e ao homem da América do Sul, privilegiando assuntos relacionados a identificação e classificação de animais fósseis; origem de determinadas faunas e sua distribuição nos ambientes naturais; anatomia, identificação e classificação de animais vertebrados e invertebrados; cultura indígena e objetos pré-históricos. São temáticas caracteristicamente evolucionistas: o estudo da vida presente e passada, a busca de elo entre as duas pela distribuição dos seres vivos no tempo e no espaço. Quanto à classificação dos seres vivos, os trabalhos não só se preocuparam com a identificação dos organismos, mas também em estabelecer relações de parentesco (árvore genealógica), as origens filogenéticas e a distribuição geográfica (GUALTIERI, 2001, p. 98).
- Ampla cobertura da fauna brasileira, especialmente da paulistana.
- Trabalhos voltados à entomologia (insetos) que permitiu o Museu contribuir à área de agricultura; vinculação científica e econômica.
- Os trabalhos de Hermann von Ihering: ele trabalhou com Paleontologia, Anatomia e Zoogeografia, de modo simultâneo, grande parte das vezes, classificou e descreveu a distribuição geográfica, além de classificar e descrever, também, o modo de grupos de animais como crustáceos, peixes, moluscos, aves e mamíferos da América Latina. Esses estudos permitiram que Ihering fosse conformando sua teoria acerca da origem dos continentes e dos mares, teoria esta que acreditava que a América do Sul tinha mantido em outros tempos vínculos com outros continentes.

[...] Ihering observava os critérios gerais de classificação definidos por Darwin e detalhados por Haeckel em suas obras. É importante lembrar que dentre as contribuições decisivas de Darwin à ciência sistemática, no século XIX, esteve o estabelecimento do princípio de que, para a classificação dos seres vivos,

deveriam ser consideradas apenas as afinidades verdadeiras ou naturais, isto é, apenas as características definidas pelo parentesco (...) Darwin mostrou ainda que as classificações poderiam resultar incorretas caso fossem consideradas apenas as semelhanças entre os indivíduos, já que muitas delas eram analógicas. Era importante conhecer também a maneira pela qual as diversas formas se apresentavam em função das condições ambientais, sua distribuição geográfica, seus hábitos de vida, seu desenvolvimento embrionário, pois ajudariam na determinação do parentesco (GUALTIERI, 2001, p. 113 e 114).

- Esses princípios terminaram por influenciar na maneira com que as coleções eram expostas nos museus, zoológicos, jardins botânicos e herbários. É importante, também, colocar a questão da influência darwinista quanto a um determinismo de cunho racial em Ihering:

[...] influência de um determinismo de cunho racial que considerava as raças humanas essencialmente diversas e com potenciais diferentes. Em seus estudos sobre os índios, demonstrou sua contrariedade em relação à aculturação e à catequese indígenas (...) a aculturação promovia apenas a descaracterização das tradições indígenas, e não representava uma melhoria na condição da humanidade desses indivíduos (RPM, 1895:44). Além disso, na sua compreensão, a conversão dos índios não resultou satisfatória, porque, ao se unirem aos portugueses imigrados, deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural... (GUALTIERI, 2001, p. 115).

- Defendeu o extermínio de um grupo indígena, Os Caingang, por estarem “impedindo” o desenvolvimento/progresso da sociedade (p.115). □ Por isso Ihering enfrentou oposição de alguns intelectuais positivistas. Para ele: “Suas posições discriminatórias eram por ele consideradas científicas, porque estavam escudadas no modelo darwinista social de acordo com o qual as diferenças identificadas entre as raças humanas eram definitivas e, portanto, irreparáveis” (GUALTIERI, 2001, p. 117).
- Não aceitava a seleção natural como causa da diversificação e adaptação dos seres vivos.
- Ele acreditava que as variações na dependiam do ambiente externo, mas somente de algo intrínseco ao ser. Essa posição de Hermann foi considerada pelo seu filho, Rodolpho von Ihering, como sendo neolamarquistas; com filiações a Darwin e Haeckel, mas ser propriamente darwiniana. As publicações de Rodolpho von Ihering: trabalhou no Museu de 1902 a 1916; pioneirismo no estudo da piscicultura; estudos sobre insetos, anfíbios, répteis, além dos peixes; esses estudos versavam sobre a sistemática, a biologia e a distribuição geográfica dos seres vivos;

preocupações como o pai sobre a gênese dos continentes; também não acreditava ser a seleção natural a causa do processo evolutivo; acredita em um princípio teleológico orientando o processo evolutivo.

○

A linha editorial da Revista, sem dúvidas, expressava uma compreensão teleológica do processo evolutivo. Ficou claro, no conjunto dos trabalhos examinados, que seus autores compreendiam a modificação dos organismos não como resposta às exigências de um meio cambiante, ou decorrência de variações casuais selecionadas em função da adaptação que propiciavam, mas devido à existência de forças internas aos seres vivos sem referência às demandas funcionais ou do ambiente, que poderiam constituir a revelação de um plano divino (GUALTIERI, 2001, p. 127).

Enfim, essas são algumas das contribuições científicas no fim do século XIX e início do XX desses dois museus brasileiros. Pesquisas que contribuíram tanto para o progresso, para a ciência e para a cultura do país como para a construção da história e da memória da nossa sociedade.

Algumas considerações

Como apresentamos ao logo do nosso estudo acerca da pesquisa científica e da sua divulgação, as últimas décadas do século XIX centrou seus cuidados na modernização e na construção da identidade nacional. Para isso, como observamos, a ciência e a tecnologia foram valorizadas no sentido de terem sido criados espaços na sociedade para o estudo e para a modernização do país. Essa modernização englobou tanto a urbanização, o aperfeiçoamento do sistema de comunicação e transporte, como a preocupação com a produção de alimentos a partir do uso da tecnologia e a cura de doenças como a febre amarela, por exemplo.

Nesse contexto, também, urgia a escrita da história e a construção da identidade brasileira por meio da valorização da ciência, da pesquisa e do estudo. Foram criadas universidades, institutos, museus e centros de pesquisa.

Estudamos, especificamente o IHGB e os Museus Nacional e Paulista, porque foram referências de pesquisa no país e abrigaram grandes estudiosos da época. Apresentamos alguns estudos que se preocuparam com a identidade nacional e com a raça e cultura da nossa sociedade, porque acreditamos que esses primeiros estudos e iniciativas foram responsáveis pela preservação da memória e da cultura nacional; por meio dessas pesquisas podemos observar como o índio, como o negro, como o branco e como o mestiço eram

concebidos na época em questão. Portanto, acreditamos que instituições de pesquisa como museus, institutos, universidades e centros possuem uma importância inestimável no que se refere a construção e conservação da cultura e da memória de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX” IN: LAFUENTE, A. et al. (eds.), **Mundialización de la ciencia y cultura nacional**. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 377-389.
- GUALTIERI, Regina Ellero. **Evolucionismo e Ciência no Brasil: Museus, pesquisadores e publicações 1870-1915**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOTA, Lucio Tadeu. “A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)” **Diálogos** (DHI/PPH/UEM), v.10 n.1, p. 117-142, 2006.
- REVISTA DO IHGB** (RIHGB), TOMO 2, 1840. Acessada em julho de 2014: www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1840t0002.pdf
- RIBEIRO, Ester Sanches; HADDAD, Thomás A. S. “Ciências e cientificismo em relação à identidade do povo brasileiro na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)”. In.: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM 2014, Foz do Iguaçu. Anais...**Foz do Iguaçu, 2014.